

8º Encontro da ABCP

01 a 04/08/2012, Gramado, RS

Área Temática: AT 2 – Cultura Política e Democracia

**Que diversidade deve ser representada? Uma análise de noções
correntes de representação política**

Carla Cecília Rodrigues Almeida – Universidade Estadual de Maringá

Resumo

Este trabalho analisa a correspondência entre determinadas expectativas quanto à representação política e certos ideais de igualdade e de respeito à diversidade presentes em parcelas do eleitorado brasileiro. A análise fundamenta-se em uma pesquisa realizada durante a campanha eleitoral de 2010, numa cidade de porte médio do Paraná, com três Grupos Focais compostos por 6 a 8 membros considerados formadores de opinião, selecionados por *sexo* e *ocupação*. As opiniões coletadas em oito encontros ocorridos ao longo da campanha permitem conclusões a respeito dos critérios que definem, na opinião de parcelas do eleitorado, o limite entre a diversidade legítima de ser promovida e espelhada pela representação política e aquela que é definida “interesse particular” e considerada comprometedora para a democracia e a coesão social.

Palavras chaves: **Representação política, diversidade, democracia.**

Introdução¹

Nas democracias contemporâneas, movimentos sociais de variados tipos incluem crescentemente em suas agendas demandas pelo aumento da presença na política institucional de grupos considerados sub-representados. Em decorrência da importância que adquiriu esse tema, vários países instauraram nas últimas décadas dispositivos legais que buscam tornar mais inclusivo o instituto da representação, como é o caso das cotas para mulheres.

Podemos dizer que inovações institucionais como essas visam promover o que Pitkin (1967) denominou *representação descritiva*. Nos termos desse modelo representativo, o critério da proporcionalidade dos grupos presentes na sociedade deve orientar a composição dos arranjos decisórios. Assim, as instituições são justas quando reproduzem “o todo” em miniatura, contemplando ou espelhando a diversidade social. Alguns autores percebem

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa “Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil”, apoiado pelo CNPq.

nesse movimento um deslocamento da *política das ideias* para a *política da presença*. Como analisou Phillips:

Muitos dos argumentos correntes a respeito da democracia giram em torno do que podemos chamar de demandas por presença política: demandas pela representação igual de mulheres e homens; demandas por uma proporção mais parelha entre os diferentes grupos étnicos que compõem cada sociedade; demandas pela inclusão política de grupos que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados ou excluídos. Neste importante reenquadramento dos problemas da igualdade política, a separação entre *quem* e *o quê* é para ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo, está em plena discussão. A política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, de presença. (Phillips, 2001, p. 272).

Considerando esse cenário, Verge (2007) chega a afirmar que desde os anos 80 o tema da *inclusividade* foi o que mais ganhou espaço no debate sobre a representação política. Concordando com Phillips, Verge considera que a *política da presença* interpela alguns dos princípios básicos do liberalismo político ao reivindicar a importância da identidade na configuração democrática.

Embora não haja consenso no seu interior sobre o que se deve esperar do instituto da representação, é da teoria política feminista que partem os argumentos mais enfaticamente comprometidos com a justificação das demandas pela *política da presença*. Iris Marion Young (2000 e 2006), por exemplo, afirma que indivíduos que compartilham de uma posição estrutural na sociedade (por exemplo, classe, gênero e etnia) tendem a produzir pontos de vistas comuns cuja ausência no sistema político configuraria uma injustiça. O problema é que indivíduos pertencentes a grupos que estão posicionados em desvantagem naquela estrutura têm dificuldades para adentrar as arenas decisórias, sendo necessário, assim, pluralizar as formas de representação. Para tanto, ela propõe a *representação de perspectiva*, que objetiva facilitar a entrada nas instituições políticas desse ponto de vista gerado pelo pertencimento a uma posição estrutural na sociedade.²

No momento em que a capacidade inclusiva das instituições representativas está no foco das preocupações que dizem respeito à democracia, torna-se relevante investigar em que medida os eleitores consideram ser papel da representação política espelhar a diversidade social. Ademais, como afirmou Linz (2007), a investigação das noções correntes de

² Para outros argumentos em defesa de uma representação descritiva, consultar Jane Mansbridge (2001) e Clarissa Rile Hayward (2009), que se preocupam com os impactos da sub-representação de grupos para a legitimidade democrática.

representação política é fundamental para uma compreensão mais adequada da avaliação crítica que os votantes fazem sobre o seu funcionamento e, conseqüentemente, para uma avaliação do próprio futuro da democracia representativa. Considerando isso, nesse trabalho analiso algumas noções de representação política presentes em parcelas do eleitorado brasileiro com o objetivo de compreender *como* elas lidam com o tema da diversidade social.

1. A pesquisa, a metodologia e os procedimentos

Este trabalho resultou de uma pesquisa mais ampla conduzida durante a campanha presidencial brasileira de 2010 que foi motivada por uma singular característica daquele pleito: pela primeira vez no país, tínhamos duas fortes candidaturas femininas concorrendo, com potencial de influir na competição eleitoral e no seu desfecho (Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores, e Marina Silva, pelo Partido Verde). Esse fato nos sugeria um oportuno momento para a investigação dos valores nutridos pelos eleitores sobre a presença das mulheres na política e, portanto, das barreiras culturais que dificultam a entrada e a permanência desse grupo no sistema político.³

Uma das técnicas de pesquisa aplicada para atingir esse objetivo foi a do Grupo Focal, que nos interessou particularmente por permitir não apenas um diagnóstico das opiniões sobre a presença feminina na política, mas, sobretudo, por possibilitar um conhecimento dos motivos que levam as pessoas a “pensarem como pensam”.⁴ A interação grupal permite, no confronto de ideias ou na concordância delas, identificar os argumentos que sustentam determinadas opiniões.

Como o objetivo dessa técnica é produzir dados que sejam representativos de um grupo social, nessa pesquisa trabalhamos com três grupos focais cujos participantes foram definidos a partir de um critério

³ A coordenação dessa pesquisa, e a responsabilidade por conduzir cada um dos eixos e metodologias previstas, foi dividida entre a autora desse trabalho e Ednaldo Ribeiro, Simone Pereira da Costa Dourado e Zuleika Bueno da Universidade Estadual de Maringá. A equipe responsável pela aplicação da técnica dos grupos focais, a quem registro meus agradecimentos, foi composta por Elza Marques da Silva Mariucci, Nicolle Montalvão Pereira, Vanessa de Souza Lanza, Louise Akemi Souza, Cibelle Montor de Freitas Luiz, Eliane Aparecida de Oliveira, Angélica Ripari e Cleide Castilho.

⁴ Discussões envolvendo o uso da técnica dos grupos focais foram introduzidas nas ciências sociais por pesquisadores como Robert King Merton (1990) e David Morgan (1988). No Brasil, os trabalhos de Veiga e Gondim (2001) e Gondim (2002) nos serviram de importantes referências.

aglutinador.⁵ Assim, o primeiro grupo foi composto apenas por mulheres com heterogêneas ocupações e faixas de renda. Ele foi identificado como “Grupo das Mulheres” (GM). O segundo grupo foi composto por homens e mulheres que tinham em comum profissões e/ou ocupações de prestígio social e com rendas mais elevadas - por isso, o denominamos “Grupo das Elites” (GE). O terceiro grupo também foi composto por homens e mulheres, mas com profissões e ocupações mais associadas às classes populares, com faixas de renda inferiores em relação ao grupo anterior. Nós o denominamos “Grupo dos Populares” (GP). Com esse universo de pesquisa, pretendíamos explorar possíveis relações entre pertencimentos grupais e opiniões sobre a participação feminina na política.

É fundamental esclarecer ainda que estabelecemos um critério comum transversal a todos os grupos para sua composição: todos os participantes deveriam possuir vínculos associativos e ser potenciais formadores de opinião, gozando de reconhecimento social nos seus espaços de atuação. Esse critério, além de promover equivalência entre os participantes nos encontros, nos possibilitaria contar com indivíduos potencialmente capazes de defender suas opiniões sobre o conjunto dos temas políticos tratados. Estabelecidos esses critérios, nós elaboramos uma lista de prováveis participantes, que foi posteriormente concluída de acordo com a disposição das pessoas em integrar os grupos.

Os Grupos das Mulheres e das Elites encontraram-se três vezes ao longo do processo eleitoral: o primeiro encontro ocorreu após uma semana do início do programa eleitoral de rádio e televisão em primeiro turno; o segundo, logo após a homologação dos resultados do primeiro turno e o terceiro, após o resultado final das eleições. Os participantes do Grupo dos Populares se encontraram apenas nas duas primeiras ocasiões mencionadas.⁶

Para cada um dos encontros, definimos uma lista de perguntas/afirmações “motivadoras” para suscitar o debate de modo a possibilitar um

⁵ A pesquisa contou ainda com um quarto grupo cujo critério aglutinador foi faixa etária. Esse grupo foi composto por homens e mulheres com faixa etária entre 18-29 anos. Nossa intenção era a de investigar as opiniões dos jovens sobre o tema investigado, mas como o funcionamento desse grupo foi bem mais irregular do que os outros, optamos por excluí-lo dessa análise.

⁶ O último encontro desse Grupo não ocorreu devido ao baixo comparecimento dos seus participantes no dia previamente acordado.

diagnóstico das percepções, expectativas e opiniões vigentes entre os participantes sobre um conjunto de temas relacionados à participação política das mulheres. Nesse artigo, trabalharei especificamente com os dados sistematizados em torno das seguintes afirmações/perguntas motivadoras:

- a) No geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.
- b) Uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?
- c) Na opinião de vocês, o fato de existir uma desproporção entre o número de mulheres e de homens na política dificulta a concretização da igualdade entre eles em outras esferas da vida, como, por exemplo, no mercado de trabalho?
- d) Na opinião de vocês, qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos?
- e) Na democracia, muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais e heterossexuais é importante?

Embora a pesquisa estivesse centrada no tema da participação feminina, os debates desenrolados em torno dessas afirmações/perguntas possibilitaram um diagnóstico mais amplo das expectativas dos participantes quanto ao instituto da representação política e dos seus ideais de respeito à diversidade. A partir de leituras horizontais e transversais dos debates ocorridos nos grupos focais, sugiro haver correspondências entre aqueles dois conjuntos de opinião que configuram distintas *linhas de argumento* sobre a representação política. Sugiro que essas linhas são reveladoras dos critérios que definem, na opinião de parcelas do eleitorado, o limite entre a diversidade legítima de ser promovida e espelhada pela representação política e aquela que é definida “interesse particular” e considerada comprometedora para a democracia e a coesão social. As linhas de argumento são constituídas, assim, de opiniões sobre a representação política passíveis de serem associadas a opiniões sobre o respeito à diversidade e que são marcadas por razoável coerência interna.

A leitura transversal dos debates contribuiu para uma compreensão mais apurada da coerência das opiniões que formam as linhas de argumentos como dos próprios traços que marcam suas fronteiras. Além disso, permitiu constatar associações entre linhas de argumento e grupos, tanto quanto identificar a linha hegemônica, mais recorrente independente dos grupos.

Antes de passarmos a sua apresentação e análise, um registro se faz necessário. Foi possível identificar as linhas de argumento apenas a partir daquelas opiniões bem marcadas, cuja coerência foi passível de ser observada ao longo dos debates. Isso implica em reconhecer que as linhas identificadas não cobrem as opiniões do conjunto dos indivíduos que integraram os grupos focais. Dependendo da maneira como eles se portaram nos debates, não foi possível identificar uma opinião razoavelmente articulada a respeito da representação política na sua relação com ideias de respeito à diversidade que permitisse o enquadramento em linhas de argumentos. Assim, esse trabalho apresenta determinadas noções de representação política vigentes entre parcelas do eleitorado, não pretendendo cobrir o conjunto delas.

2. Representação Política e diversidade

É importante ressaltar que a maioria dos participantes dos grupos focais manifestou, nos diversos debates, uma forte defesa de dois princípios: coesão/unidade social e suspensão das diferenças em nome da igualdade cidadã. Embora a combinação da defesa desses dois princípios ou a ênfase em um deles possa resultar em posições políticas bem variadas e até mesmo antagônicas, o lugar privilegiado que eles ocupam nas escalas de valores tende a resultar em atitudes que, a princípio, são pouco favoráveis à ideia de que a representação política pode, legitimamente, ser vetor de interesses de grupos específicos.

Como exemplo, a respeito da pergunta motivadora: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?, a reação mais frequente dos participantes foi uma concordância veemente de que as mulheres devem defender o interesse de todos e não de um grupo. A seguir, inserimos alguns trechos para exemplificar essas reações imediatas. Por eles também se pode perceber a inclusão de outros critérios de diferenciação grupal que os participantes incluíram nesse debate cuja pergunta

motivadora abordava as relações entre diversidade de gênero e representação política:

Não é correto ela só puxar a sardinha pro lado dela, daquele grupo dela. Ela tem que generalizar todos. [...] Igual tem uma candidata aí, acho que para deputada estadual, mulher. Quando ela faz a propaganda, ela fala, assim, da questão da homossexualidade, que ela vai defender essa parte. Mulher com mulher vai poder casar, homem com homem vai poder casar. Então, quer dizer que as demais partes [...] ela está discriminando, nesse caso! (GP)

Você tá na política, você vai ter todas as classes [...]. Nós somos agentes penitenciários, então, geralmente aparece um lá e diz assim: “eu vou ser o vereador, o deputado e vou ajudar essa classe”. Então, eu não concordo. Eu acho assim: você é um político, você vai ter que fazer pelo bem geral, não [para] uma classe. (GP)

Se a necessidade do cidadão é ter uma rede estruturada pra violência, então tem que ter e acabou. Não interessa se é pra mulher ou para o homem (GM).

Não vai direcionar [para o] homem ou [para a mulher], mas, [para] a pessoa, a pessoa que ajuda a construir esse país [..]. Então, não vai poder privilegiar mais o direito desse ou as ações de homem ou as ações da mulher. Eu penso que deve ser igual. (GM)

Foi no transcorrer do debate, com o aparecimento de outros temas/problemas/questões, que a reação comum inicial deu origem a opiniões bem mais nuançadas. A análise dessas em conjunto com as opiniões emitidas em torno das outras perguntas motivadoras já mencionadas permitiu identificar três posições distintas sobre as relações entre representação política e diversidade de grupos, aqui consideradas linhas de argumento.

No quadro abaixo, apresento um “mapa” das palavras, expressões e frases chaves que foram empregadas pelos participantes e que me ajudaram a distinguir as linhas de argumento. Cada linha de argumento associa-se a um conjunto distinto de palavras, frases e expressões chaves, que foram assim qualificadas em função do número de vezes que apareceram e em função da relevância que assumiram para exprimir a opinião desejada em torno das perguntas motivadoras:⁷

⁷Os trechos de onde foram retiradas essas frases, expressões e palavras estão no anexo. Tais trechos estão dispostos de modo que seja possível conferir as opiniões que foram dispostas numa linha de argumento, segundo as perguntas motivadoras.

	Primeira Linha	Segunda Linha	Terceira Linha
No geral, homens são melhores líderes que mulheres. Uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?	corporativismo; corrupção; comprar o voto; o interesse dela é só esse: ganhar votos naquela área; visão do todo muito particular; dificuldade do coletivo; personaliza o negócio; defender o interesse de todos; defender todos os lados; bem geral, todas as áreas; cidade de forma geral; ser para o cidadão; não interessa se é para mulher ou para o homem; projeto coletivo; enxergar a pessoa como cidadão; se tem que ter uma escola para o índio, é o cidadão.	ter por bandeira aquilo que ela mais entende; qualquer atividade pode se fazer representativa; igual trabalhador, alguém que vá representar o trabalhador; lei garante 30%, na verdade deveria ser 50%; ele pode, ela pode até defender, talvez uma bandeira, uma plataforma dessa forma.	orgulho que o homem dá ao homem, é o corporativismo; incentivar outra mulher.
O fato de existir uma desproporção entre o número de mulheres e de homens na política dificulta a concretização da igualdade entre eles em outras esferas da vida, como, por exemplo, no mercado de trabalho?	não deveria puxar a brasa para sua sardinha; corporativismo; representar um todo e não só um segmento; a mulher é integrante da sociedade.	mais mulheres, a tendência é que as questões das mulheres sejam mais atendidas; represento tudo e não dou a devida importância; tenham vivência, que tenham o conhecimento, que sabem da importância, aonde buscar; ela tem pensamentos também voltados para a mulher porque ela tem problemas parecidos com aquelas mulheres.	quem está no Magistério é a mulher, quem decide recursos para Educação é o homem; eles são maioria no poder, sofremos as consequências.
Qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos?	enxergar a pessoa como cidadão; não tem que criar cotas, ir na raiz do problema; sou índio, eu estou aqui, porque a gente não percebe não; Estado não nos percebe como cidadãos; preocupação essa questão de falar de desigualdade, não ser um extremista; aceitar as diferenças; minorias têm muito mais direitos do que um cidadão comum.	muito complicado o país ficar voltado apenas pensando na questão do pobre, prejudicial quando o governo se lança dessa maneira; o Brasil sempre foi um país de misturas raciais; a gente se envolveu e sempre se deu muito bem dessa maneira; divide as pessoas por raça e por classe social, criando problemas entre classes que antes não acontecia.	
Em uma democracia, muitas coisas	é o cidadão que tem que ser valorizado; o Estado vai ter que	respeito que nós temos que dar aos diferentes, é evolução de nossa	assunto difícil; tem que tentar a convivência pacífica, legal,

são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais e heterossexuais é importante?	garantir direitos; evolução na legislação oportuna, satisfatória; não pode colocar uma lei impondo; uma minoria colocar uma lei que a sociedade não aceita.	sociedade; tenho que respeitá-lo; a gente não deve entrar no mérito de discussão, ou de fazer diferença entre as pessoas; não é problema nenhum; lidando muito bem com as diferenças; não é tão polêmico assim; harmonia, sem se preocupar; um ponto que não precisa ser discutido e levantado	respeitosa; tem que ter direito pra viver essa opção; educação é importante nisso; nem sempre os pais tão preparados.
--	---	--	---

Linha de Argumento 1

A Linha de Argumento 1 foi a mais hegemônica, com presença nos 3 Grupos Focais. Ela reúne indivíduos heterogêneos politicamente, mas que consideram que a representação política não tem por função espelhar a diversidade dos grupos sociais. Ainda que possam concordar com a ideia de que a precária presença de determinados grupos na política institucional constitui uma injustiça, a representação política deve ser imparcial, não de grupos. A sub-representação feminina, por exemplo, configuraria uma injustiça porque revelaria o quanto a política é *gendered*, privilegiando os homens. Portanto, não votar em um indivíduo por ser mulher constitui uma injustiça porque a política deveria ser o terreno da suspensão das diferenças constitutivas dos grupos em favor do “interesse público”, que é entendido como imparcial.

As injustiças relacionadas à diversidade social, que colocam, por exemplo, mulheres, negros, homossexuais e pobres em posições desvantajosas na sociedade, não resultariam necessariamente da ausência ou precária presença desses grupos na política, mas das características personalistas, individualistas e privatistas que marcam a atuação dos representantes políticos. Em outras palavras, se os homens fazem políticas apenas para eles é porque não cumprem as exigências da política de serem imparciais.

Assim, essa linha de argumento tende a não ser receptiva às políticas afirmativas para promover igual representação entre os gêneros, grupos étnicos e outros grupos que se sentem precariamente incluídos no sistema político. Uma representação política movida pelo interesse público promoveria,

por si, a correção das injustiças que afetam determinados grupos, como mulheres, pobres, índios, negros, homossexuais etc.

Na sua versão mais extrema, as opiniões que sustentam essa linha de argumento tendem a associar “interesses de grupos” à corrupção/privilégio. Essa perspectiva apareceu fortemente no Grupo dos Populares. Segundo ela, os representantes políticos que se portam como intermediadores de interesses de grupos específicos tanto quanto seus eleitores são alvos de desconfiança, como exemplificam os trechos de opiniões abaixo:

Porque aquela venda, compra de voto explícita, de trocar o voto por cesta básica, isso já é muito explícito, não fica bem hoje. Essa compra de voto está muito mais velada hoje em dia. Essa forma de: “vote em mim”, o policial vai lá: “sou tenente fulano de tal, vou olhar pela segurança pública” E “aumento pros professores já”. Isso é compra de voto. (GP)

Então, político, para mim, tem que tentar entrar nas áreas e tentar ajudar todas as áreas. É lógico que ele vai se direcionar por uma área. Por quê? Pra tentar focar e ganhar votos naquela área. [...] Mas eu penso que você tem que tentar entrar na política e ter um olhar pra tudo, entendeu? [...] Que nem tem vereador que só faz pra aquele bairro, daí o bairro elege. Não, eu acho que a gente tem que votar naquele que a gente acha que tá fazendo para a cidade de forma geral, para o país de forma geral, entendeu? Porque ele acaba querendo comprar o voto: “eu vou fazer pra você, pra esse bairro, pra esse município”. [...] Então, eu não sei até que ponto ele tá fazendo pela classe ou até que ponto essa classe pode erguê-lo, pode dar votos, entendeu?

Nesse tipo de visão, foi possível identificar alguns pontos de tensão ou algumas ambiguidades relativas ao tema da relação entre pertencimento grupal e representação política. Assim, alguns indivíduos admitem que o pertencimento do representante a um grupo necessariamente o levará, ou o disporá a agir no interesse daquele grupo em função de uma experiência específica, compartilhada. Entretanto, como o representante deve agir no interesse de todos, muitas vezes a fronteira entre o que é considerada uma ação legítima fundada na experiência gerada pelo pertencimento a um grupo e uma ação ilegítima de intermediar interesses específicos em detrimento do interesse coletivo fica sombreada, difícil de ser fixada:

Eu também penso por aí. Tá ali num cargo político, ela teria que defender o interesse de todos, né, a igualdade. Mas, como ela sabe que o processo, a questão da mulher, é uma possibilidade dela também olhar....eu acho que seria dos dois lados: olhar do lado geral, mas também ter esse espaço de tentar...não só das mulheres, mas de outras classes, outras situações que são também discriminadas. (GP)

Eu acho que acaba sendo até natural, não só o caso dela ser mulher e conhecer ou participar do processo histórico. Se ela for negra, ela vai ter conhecimento dessa relação. Se ele tiver um problema físico, deficiente, ele vai ter essa visão, até porque ele viveu isso. Então, eu penso, assim, que quando você viveu a situação, você tem possibilidade de...não é ter possibilidade, todo mundo tem a possibilidade, mas assim,

você sentiu isso. Você faz parte desse grupo. Então, se você pega um cargo político, automaticamente, você também tem, de certa forma, além das outras áreas, vai olhar ou vai ter um outro olhar para isso (GP).

Em outros casos, o reconhecimento de que seria inevitável para o representante agir no interesse do grupo do qual ele faz parte combinado com a opinião de que a representação deve expressar a unidade imparcial resulta num “beco sem saída” para a política. Nela sempre haverá corrupção porque ao mesmo tempo em que o descolamento dos grupos é uma exigência da imparcialidade, é também algo impossível de ser alcançada:

Aquela mulher lá, ela tem a oportunidade, ela tem a ferramenta na mão, ela pode ajudar aquelas pessoas [por]que ela já passou por isso. Então, nesse ponto de vista, ela vai fazer por aquelas pessoas. [mas] correto não é ela só puxar a sardinha pro lado dela, daquele grupo dela. Ela tem que generalizar todos. Só que ela, tendo a oportunidade, é onde entra a corrupção. Ela vai se corromper nesse pedaço aí pra poder puxar pro lado da sardinha dela....do lado do pessoal [dela]....que ela já passou por isso...por isso que eu falo que, nessa parte, ela vai olhar mais pelo lado feminino, porque ela já passou por isso e sabe das pessoas que passam pelo mesmo problema que ela já passou. (GP)

Numa outra versão, também se reconhece que o representante que pertence a um grupo em desvantagem na sociedade terá maiores possibilidades de agir no interesse desse mesmo grupo, entretanto, aqui, esse tipo de representação é, em si, identificada com o interesse público:

O que que ele fez [referindo-se a Lula]? Ele amenizou a fome daqueles que mais passavam fome. Ele priorizou aquilo porque ele sentiu na pele, passou também [fome]. Ele teve essa história [...] Eu tava falando a questão da Marina, ela tem na questão da educação, é o que ela mais fala, é fundamental pra ela. Provavelmente, a pessoa [está se referindo a Marina], quando chega lá, a prioridade dela vai ser a educação. [...] Então, é coletiva a coisa. Agora, [...] a prioridade é defender aquilo que é mais excluído, aquilo que é mais oprimido. Então, tem que ter o projeto mais direcionado para a questão da mulher para que ela seja mais respeitada, mais reconhecida no mundo da política, em outros meios, né? (GP)

É fundamental considerar, portanto, as diferenças internas que convivem nessa linha de argumentação, cujo fio condutor é não considerar que a representação política deva espelhar a diversidade de grupos. Dependendo do comprometimento que os indivíduos guardam com o ideal de justiça para com os grupos em desvantagem na sociedade (mulher, negro, homossexual, pobres etc), eles assumirão discursos mais ou menos favoráveis ao princípio de políticas afirmativas e às demandas por direitos de grupos considerados minoritários. Dependendo do comprometimento com o ideal de justiça com

relação aos grupos em desvantagem, haverá mais ou menos desconforto com a própria ideia de minoria.

Assim, se olharmos para o quadro das palavras, frases e expressões-chaves que caracterizam a Linha de Argumento 1 (primeira coluna), embora possamos notar uma ênfase comum na ideia do “interesse coletivo” e na cidadania como referência que suspende diferenças em nome da igualdade, também podemos constatar distinções entre dois universos de vocabulários que refletem as diferenças políticas que aí convivem. O quadro abaixo apresenta tal distinção:

o Estado vai ter que garantir direitos; não tem que criar cotas, ir na raiz do problema; sou índio, eu estou aqui, porque a gente não percebe não; Estado não nos percebe como cidadãos;	minorias têm muito mais direitos do que um cidadão comum; evolução na legislação oportuna, satisfatória; não pode colocar uma lei impondo; uma minoria colocar uma lei que a sociedade não aceita; preocupação essa questão de falar de desigualdade, não ser um extremista
--	---

Enquanto o primeiro conjunto de palavras enfatiza a garantia de direitos pelo Estado às minorias, o segundo conjunto apresenta palavras e expressões que associam minorias a privilégios e à agressão ao coletivo. Para as opiniões das quais foram retiradas o primeiro conjunto de palavras e frases, não é função da representação política espelhar grupos e identidades específicas, mas a concretização da justiça pode exigir como estratégia o reconhecimento das minorias e de políticas específicas para elas:

[em resposta à pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres?] Eu não acredito que tenha de haver essa separação [...] Já é assim! A gente já precisa mostrar que há minorias. Há grupos que têm necessidades específicas e precisa atendê-las. [...] a mulher tem que ser pro cidadão, não pra mulher ou para o homem. Se a necessidade do cidadão é ter uma rede estruturada pra violência, então tem que ter e acabou. Não interessa se é pra mulher ou pro homem. Se tem que ter uma escola pro índio, é o cidadão! E é esse o olhar que falta e eu acho que é ele que origina todas as dificuldades. Eu penso mais ou menos assim.

Já o segundo conjunto de palavras do quadro acima expressa uma visão muito mais desconfortável com a ideia de minorias e com a reivindicação de direitos por essa chave, como exemplifica a seguinte opinião:

No Brasil existe um peso muito acentuado no corporativismo. [...] Eu acho que até nesta questão da mulher, a questão aí é a educação. É só a educação. E então, às vezes até eu fico preocupada porque, gente, porque se discute a questão da mulher se ela faz parte integrante da sociedade? Por quê? A pessoa não pode esperar que o legislador, ele olha a criança, olha o adolescente, olha a mulher, olha os idosos, olha a si próprio. Então, eu fico um pouco preocupada com esta questão de gênero e fico preocupada [que a atenção não se volte] para a questão da educação. [...] As minorias

têm muito mais direitos, muito mais privilégios, muito mais regalias do que um cidadão comum. Então, é o que acontece nos Estados Unidos. (GE)

Linha de Argumento 2:

Essa foi a segunda linha mais frequente, com presença nos Grupos Focais das Mulheres e, acentuadamente, no das Elites. Os indivíduos que deram sustentação a essa linha também manifestaram uma concordância inicial com a ideia segundo a qual a mulher na política deve defender interesses de todos, e não de mulheres especificamente. Entretanto, como já foi mencionado, no desenrolar do debate foi possível identificar opiniões mais receptivas à ideia de que a representação política pode ser o vetor de interesses específicos. O argumento que funciona como o fio condutor aqui é o de que todos os grupos sociais teriam o direito de ser representados na política. A imparcialidade também é um princípio fortemente defendido nessa linha, entretanto, com uma importante diferença em relação à primeira. Aqui, a representação dos grupos seria um pressuposto para a imparcialidade. A princípio, a representação deve espelhar a diversidade porque o “todo” só é pleno na medida em que contempla suas partes.

Assim, ao contrário da primeira linha na qual pudemos identificar certa tensão/ambiguidade nas opiniões sobre as consequências do pertencimento a um grupo para a ação do representante político, aqui, ao contrário, se um representante pertence a um grupo, ele será o vetor mais apropriado para expressar sua singularidade, ainda que decida não fazê-lo em função dos seus interesses políticos. Ou seja, em “tese” o pertencimento faculta ao representante agir com mais qualidade em nome de um grupo, embora no concreto sua atuação política depende de outras variáveis, como por exemplo o projeto ao qual está alinhado.

De todo o modo, prevalece a ideia de que a expressão das distintas singularidades de grupo na política seria o suporte para a tomada de boas decisões para a sociedade. Aqui, portanto, é considerada legítima a representação cuja base seja a experiência compartilhada de um grupo, tenha ela por base uma categoria profissional, gênero ou outros critérios. Como exemplos, seguem algumas opiniões que caracterizam essa linha:

Quando eu digo para você que nós temos um grande problema na educação é porque nós não temos representantes da educação, pessoas que tenham um conhecimento profundo da educação, das necessidades da educação. Eu vou lá no genérico, eu vou

lá, represento tudo e eu representando tudo eu não dou a devida importância. Então, na educação, eu já penso ao contrário dela. A gente precisa ter pessoas lá que tenham vivência, que tenham o conhecimento, que sabem da importância, aonde buscar. E às vezes, muitas coisas, falando da área da educação, deixa de acontecer porque é tratada de uma forma superficial. [...] Eu tenho um leve conhecimento e não é feita a discussão necessária, [mas] se você tem lá um representante da educação, seja ele homem ou mulher, que tenha um conhecimento, que ele sabe o que está buscando, da necessidade, é diferente o trabalho que é feito. Então, acredito que até com a mulher isso tenha... ocorra do mesmo jeito (GE)

Eu acho adequado. Concordo. É adequado ela ter [por] bandeira aquilo que ela mais entende. Por exemplo, papel de mãe, aborto... Uma coisa é gerenciar, é engenharia, que às vezes ela nem domina essas áreas, né? Então, me parece que, como plataforma política, [é] adequado, [como] proposta de governo. [...] Imagina se a Zilda Arns estivesse aí e se candidatasse, acho que ela ia tender na área social, ia fazer um belo trabalho. (GE).

Você define qualquer área, qualquer atividade pode se fazer representativa. [...] No Paraná, são 4 mulheres para 54 deputados. De vereadoras, tem a média aí de 1 vereadora para cada cidade. [...] Ou seja, dá aí uns 10%. Prefeitas também essa margem de 10% . Então, pra quem é 50% ou um pouquinho mais da população, tem um longo caminho a percorrer. E isso é uma mudança de cultura, né. Quer dizer, não condiz com a realidade das funções que elas ocupam hoje e com o potencial que elas têm pra ocupar.

Assim, é compreensível que os indivíduos reunidos nessa linha tenham concordado com a ideia de que a disparidade de representação política entre os grupos resulte na ausência dos seus interesses nas decisões políticas, o que prejudicaria não apenas aquele grupo em específico, mas a sociedade como um todo. É importante registrar que as cotas não são percebidas como o melhor remédio para a correção dessa injustiça. A solução para o problema das disparidades na representação entre os grupos estaria na disposição dos indivíduos pertencentes aos grupos em desvantagens de participar da política. Esse argumento enfatiza a disposição individual para solucionar esse problema, ainda que possa reconhecer em alguma medida as barreiras estruturais que condicionam essa disposição:

Agora, por que isso? Porque tudo depende de uma evolução cultural e da aceitação e da pré-disposição das mulheres se candidatarem, também. Porque se a própria legislação garante 30%, na verdade deveria ser 50%, por que só 22% delas estão se candidatando? [...] Bons soldados que estão se omitindo, com potenciais ideais que estão se omitindo [...] (GE).

O que falta na mulher e no homem é predisposição [...] Sabe da necessidade, tem potencial, mas não quer [ir para a política]. E na hora você não quer, eu não quero, o José não quer, aí tem o João [por exemplo] que é um oportunista e, digamos lá que a intenção dele é..., só usando um exemplo... porque o Manuel se omitiu, a Maria, o Paulo e a Verônica e o Dimas. Então, o oportunista apareceu e tá fazendo aquilo lá. Então, muitas vezes, somos nós mesmo que acabamos nos omitindo e o oportunista, digamos, que tem uma outra intenção [acaba conseguindo se eleger]. (GE)

Nessa linha de argumento, o reconhecimento de que os diferentes têm os mesmos direitos e o próprio reconhecimento de que o todo é constituído pela diversidade de seus grupos indicariam uma cultura “evoluída”, superação de atrasos.

É fundamental registrar, entretanto, que acompanhando essa percepção há uma crítica às posturas que tentariam fazer da diversidade um mote para conflitos e divisões sociais. A campanha de Dilma Rousseff à presidência da República e o próprio governo Lula foram bastante associados a esse tipo de postura. Essa posição ficou evidente no decorrer dos debates sobre as seguintes perguntas motivadoras: “Qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos? Em uma democracia, muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais e heterossexuais é importante?” O quadro abaixo reproduz as palavras e frases chaves que, retiradas de opiniões sobre aquelas perguntas, caracterizaram essa linha de argumento:

Muito complicado o país ficar voltado apenas pensando na questão do pobre, prejudicial quando o governo se lança dessa maneira; o Brasil sempre foi um país de misturas raciais, a gente se envolveu e sempre se deu muito bem dessa maneira; divide as pessoas por raça e por classe social, criando problemas entre classes que antes não acontecia; respeito que nós temos que dar aos diferentes; é evolução de nossa sociedade; tenho que respeitá-lo; a gente não deve entrar no mérito de discussão, ou de fazer diferença entre as pessoas; não é problema nenhum; lidando muito bem com as diferenças; não é tão polêmico assim; harmonia, sem se preocupar; um ponto que não precisa ser discutido e levantado.

Para os indivíduos que deram sustentação a essa linha de argumento, os discursos afirmativos da diversidade não devem, portanto, se traduzir em posturas agonísticas consideradas “desnecessárias”. Os avanços verificados na sociedade brasileira em termos de uma convivência mais respeitosa e pacífica quanto à diversidade justificariam a não necessidade dessas posturas. Além disso, o acento na defesa de grupos, dependendo de como é elaborado, não visaria o equilíbrio entre os diferentes segmentos sociais, mas o privilégio de uns sobre outros. Nesse caso, não se mira a imparcialidade, mas o seu contrário, a parcialidade. A seguir, alguns exemplos de opiniões que permitiram essas conclusões:

Política, ela tem que ser trabalhada pra todos os povos, para um crescimento geral, no aspecto geral, não priorizando só uma categoria. Porque, se nós temos empresários,

há a necessidade de termos, de fortalecer o empresariado para que possa também ter os nossos, os trabalhadores, para que possamos ter emprego, para que possamos usufruir disso aí também. (GE)

O Brasil sempre foi um país de misturas raciais. E a gente se envolveu e sempre se deu muito bem dessa maneira. Quando o governante lança propostas que ele divide as pessoas por raça e por classe social, ele tá oportunizando que, a partir desse momento, exista essa diferença entre as pessoas. Então, isso me preocupou bastante. Ele acaba levando “um outro” pra discussão que não existia. E ele acaba criando problemas entre classes que antes não acontecia problema nenhum. Eu fico preocupada com isso. [...] a gente não deve entrar no mérito de discussão...ou de fazer diferença entre as pessoas, não. Acho que o jovem, hoje, aceita muito bem tudo o que tá acontecendo. [...] pra ele é a coisa mais simples e mais natural possível. E o que a gente imagina que nos idosos poderia acontecer alguma, né, algum tipo de preconceito, o que na verdade a gente tem visto [é que] o idoso também tá lidando muito bem com as diferenças, né, porque a grande maioria tem alguém na sua família e convive muito bem. Então, embora a sociedade seja conservadora, eu acho que não existe o receio de que é um assunto tão polêmico assim, né. Nós temos assuntos muito mais sérios no país pra ser discutido do que simplesmente a diferença entre sexo, diferença nesse aspecto. Então, eu acho que a gente pode viver em harmonia, sem se preocupar. (GE)

O trecho abaixo expressa uma versão radicalizada dessas percepções. Nesse sentido, ele não corresponde às opiniões médias por meio das quais foi possível construir o fio condutor dessa linha de argumento, mas é citado aqui porque pode ajudar a compreender algumas das motivações que estão na sua base. Tais motivações estão relacionadas a uma percepção das consequências corrosivas que podem advir da enunciação pública de uma desvantagem. Como pode ser percebido no trecho abaixo, a privação, ou o prejuízo derivado de uma “diferença” apenas é sentido, experimentado como enquanto tal, como um incômodo, quando enunciado, quando ganha vida em discurso público. Assim, no silêncio das privações e dos prejuízos resultantes de diferenças, também temos mais harmonia, mais coesão, menos conflito:

Vou mostrar meu raciocínio, até um raciocínio de criança. Quando eu estava na escola começando a alfabetizar, eu me lembro que minha mãe me explicou que eu era japonês: “Ah, você é japonês”, “Não, eu não sou japonês. “Você é japonês”, aspas, né. Eu não entendia o que que era [ser] japonês. Aí, eu fiz um raciocínio agora com a mesma correlação: eu fui ao oftalmologista esses dias atrás levar meu pai. O médico perguntou: “Faz tempo que você não enxerga com o olho esquerdo?”, [o pai respondeu:] “Não, eu enxergo com o olho esquerdo”, [e o médico retrucou:] “Ah, o senhor enxerga com o olho esquerdo!?”. Daí, fez testes, tal. [novamente o médico perguntou:] “Desde quando tá assim?”, [o pai respondeu:] “Desde que eu me conheço por gente”. Meu pai, [era] cego de um olho desde criança! Ninguém falou pra ele [que ele era cego]. Então, aquela visão dele não fez muita diferença pra ele [até aquele momento]. Então, a partir do instante que a gente começa a falar para as pessoas: “olha, você é diferente”, sabe, isso gera transtorno. A gente não tá falando que ele tá sendo alienado, mas isso gera muito transtorno, por quê? Porque aquilo.. não partindo pro lado da alienação, mas o que eu apoio é que tá muito bem resolvido a relação entre

homem e mulher, tá muito resolvido entre rico e pobre. Porque rico e pobre é uma relação tanto quanto complicada se for pelos índices de IBGE. O que é rico e pobre é muito discutido. Homem e mulher é muito discutida. O que é profissão de homem e mulher hoje é extremamente discutido, e inclusive raças. A partir do instante que eu quero começar a governar para essas pequenas diferenças, eu esqueço a maioria. E eu falo que muitas pessoas com a fama de fazer bem às outras começam a fazer legislação para os 3% de diferença e não pelos 97% da maioria. Nem perguntaram se os 3% tão insatisfeitos, e nem perguntaram pros 97% se tá bom pra eles ou não, e querem fazer legislação [considerando as diferenças]. (GE).

Linha de Argumento 3:

Essa linha de argumento teve presença minoritária, sendo possível sua identificação apenas em opiniões manifestas no Grupo das Mulheres. O distintivo dessa linha de argumento reside numa percepção mais agonística da política. Assim, ainda que o fim da política seja gerar uma unidade imparcial, o processo que leva até lá pode implicar em conflitos dado o fato de que nem sempre os interesses são convergentes.

O entendimento é o de que a diversidade social deve ser representada na política porque os grupos têm interesses não apenas específicos, mas também conflitantes a defender. Essa visão tende a reconhecer as dificuldades implicadas na convivência entre os diferentes grupos sociais. Se os grupos devem ser reconhecidos e respeitados nas suas especificidades, o mero reconhecimento, por outro lado, não garante convivência pacífica. Abaixo, reproduzo o mapa de palavras e frases que caracterizou essa linha:

orgulho que o homem dá ao homem, é o corporativismo; incentivar outra mulher; quem está no Magistério é a mulher, quem decide recursos para Educação é o homem; eles são maioria no poder, sofreremos as consequência; assunto difícil; tem que tentar a convivência pacífica, legal, respeitosa; tem que ter direito pra viver essa opção; educação é importante nisso; nem sempre os pais tão preparados.

Enquanto na primeira linha de argumento o corporativismo, entendido como uma atitude de defesa de interesses de grupo, é visto negativamente, aqui ele é entendido como uma atitude a ser reproduzida pelos grupos que se encontram em desvantagem. O corporativismo, seria, assim, uma estratégia legítima de atuação na política, uma maneira de equilibrar as forças e corrigir injustiças.

Apontamentos Finais

Alguns pontos merecem ser ressaltados nessas linhas finais. Primeiro, nessa pesquisa foi possível constatar uma associação entre os grupos investigados e linhas de argumentos sobre a representação política na sua relação com a diversidade social. Assim, no Grupo dos Populares prevaleceu marcadamente a Linha de Argumento 1, no Grupo das Elites, a Linha de Argumento 2 e, finalmente, a Linha de Argumento 3, bastante minoritária, se fez presente apenas no Grupo das Mulheres. Podemos sugerir que os indivíduos oriundos das classes populares tendem a rejeitar muito mais do que os das elites uma visão da representação política como a atividade que deve expressar a diversidade social.

Segundo, a baixa incidência da Linha de Argumento 3 nos leva a sugerir que o modelo de representação descritiva, defendido por alguns teóricos e base das demandas de vários movimentos sociais, encontra resistências em significativas camadas da opinião pública. Por outro lado, as expectativas endereçadas à representação política, no geral, parecem guardar correspondências com aquilo que Linz detectou como as contradições inerentes dos partidos nos regimes democráticos:

Su función básica es representar los intereses de segmentos específicos de la sociedad en el conflicto institucionalizado, mientras que la mayoría de la gente continúa valorando la unidad y aferrándose a la noción irreal de que puede haber una unívoca “voluntad general” del pueblo. (Linz, 2007: 285).

Assim, se concordamos com Pitkin (1967) que a função do governo representativo é resolver os conflitos entre as partes para o bem estar de todos, temos que aceitar, como ela mesma ressalta, que o interesse comum é *criado* pela ação dos representantes, e não algo que está dado, *a priori*, como sugerem as expectativas muitas vezes endereçadas à representação política, como as detectadas nessa pesquisa.

Bibliografia:

GONDIM, S.M.G. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. *Revista Paidéia*. Cadernos de Psicologia e Educação. v.12, n.24, pp.149-161, 2002.

HAYWARD, C. R. Making interest: on representation and democratic legitimacy. In SHAPIRO, I; STOKES, S. C.; WOOD, E. J and KIRSHNER, A. (eds). *Political Representation*. Cambridge: University Press, 2009.

LINZ, J. Conclusiones. Los partidos políticos en la política democrática. Problemas y paradojas. In MONTERO, J. R; GUNTHER, R.; LINZ, J. (orgs) *Partidos políticos: viejos conceptos e nuevos retos*. Madrid: Fundación Alfonso Martín Escudero, 2007.

MANSBRIDGE, J. The descriptive political representation of gender: an anti-essentialist argument. In KLAUSE, J. and MAIER, C. S. (eds). *Has liberalism failed women?* New York: Palgrave, 2001.

MERTON, R. K., FISKE, M. & KENDALL, P. *The focused interview: a manual of problems and procedures*. New York: Free Press, 1990.

MORGAN, D. *Social psychology*. Newbury Park: Sage Publication, 1988.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-90, 2001.

PITKIN, H. *The concept of representation*. Berkeley, 1967.

VEIGA, L. & GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*. Campinas, vol.VII, nº 1, pp.1-15, 2001.

VERGE, T. Representación Política y modelos de partidos en España: los casos de IU, PSOE y PP. In MONTERO, J. R; GUNTHER, R.; LINZ, J. (orgs)

Partidos políticos: viejos conceptos e nuevos retos. Madrid: Fundación Alfonso Martín Escudero, 2007.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, nº 67, p. 139-190, 2006.

_____. *Inclusion and democracy.* Oxford: University Press, 2000.

Anexo

A seguir apresento trechos exemplares das opiniões que formaram as linhas de argumento. Eles estão dispostos segundo as perguntas motivadoras e cada trecho reflete opiniões de um mesmo indivíduo emitidas em diferentes momentos do debate, quando os participantes aprofundam seus argumentos diante das demais manifestações. Os nomes dos participantes citados nos trechos foram substituídos por nomes fictícios.

Linha de Argumento 1:

[em resposta a pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Não é correto ela só puxar a sardinha pro lado dela, daquele grupo dela. Ela tem que generalizar todos. Só que ela, tendo a oportunidade, é onde entra a corrupção. Ela vai se corromper nesse pedaço aí pra poder puxar pro lado da sardinha dela [...] Ela vai olhar mais pelo lado feminino porque ela já passou por isso e sabe das pessoas que passam pelo mesmo problema que ela já passou. [...] Igual tem uma candidata aí, acho que para deputada estadual, mulher. Quando ela faz a propaganda, ela fala, assim, da questão da homossexualidade, que ela vai defender essa parte. Mulher com mulher vai poder casar, homem com homem vai poder casar. Então, quer dizer que as demais partes [...] ela está discriminando, nesse caso! Ela acha que só esse grupo de pessoa vai eleger ela [?]. O interesse dela é só esse! Por isso que a mulher não deve defender só um lado, e sim o geral. Se ela se pôs de frente à população brasileira, para ser candidata, como se diz no ditado popular: “pra dar a cara a tapa”, ela tem que defender todos os lados e ouvir todas as pessoas e não somente o lado feminino [...] Do meu ponto de vista, a pessoa não deve defender somente o interesse de uma classe. Tem que defender o interesse de todos. (Grupo dos Populares)

[em resposta a pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Você tá na política, você vai ter todas as classes [...]. Nós somos agentes penitenciários, então, geralmente aparece um lá e diz assim: “eu vou ser o vereador, o deputado e vou ajudar essa classe”. Então, eu não concordo. Eu acho assim: você é um político, você vai ter que fazer pelo bem geral, não [para] uma classe. [...] Se você fizer algo pela educação, você vai ter que fazer pela saúde. Então, político, para mim, tem que tentar entrar nas áreas e tentar ajudar todas as áreas. É lógico que ele vai se direcionar por uma área. Por quê? Pra tentar focar e ganhar votos naquela área. [...] Mas eu penso que você tem que tentar entrar na política e ter um olhar pra tudo, entendeu? [...] Que nem tem vereador que só faz pra aquele bairro, daí o bairro elege. Não, eu acho que a gente tem que votar naquele que a gente acha que tá fazendo para a cidade de forma geral, para o país de forma geral, entendeu? Porque ele acaba querendo comprar o voto: “eu vou fazer pra você, pra esse bairro, pra esse município”. [...] Então, eu não sei até que ponto ele tá fazendo pela classe ou até que ponto essa classe pode erguê-lo, pode dar votos, entendeu? [...] Nos não queremos alguém que nos represente [enquanto categoria profissional], nós queremos alguém que olhe pela saúde, que olhe pela educação e que olhe principalmente pela segurança, que são áreas que estão relegadas, né? [...] Então, eu acho assim que a gente tá num momento [de] não saber se a pessoa está querendo te ajudar ou se está querendo usar você para ganhar seu voto. **[em resposta a pergunta: qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos?]** Pegando essa última opinião, da questão da discriminação, entre as raças, eu caio sempre na mesma tecla:

tem que se investir na educação. Porque a questão da discriminação, acho que tem que ser pela educação, entendeu? A questão da desigualdade também. [...] Em termos de gênero, homem e mulher, com certeza houve uma evolução [...] Desigualdade existe? Existe desigualdade física, existe desigualdade emocional, existe! O que nós temos, na minha opinião, o que a gente tem que entender é que existem as diferenças, aceitar essas diferenças e perceber que nessas diferenças existem milhões de igualdades [...]! Nós temos que aceitar essa diferença, conviver com ela, mas não em função dessa diferença a gente fazer toda essa desigualdade, que eu acho que é diferente uma coisa da outra. [...] Essa questão da, dos concursos, vestibular é outra questão para mim igual o aborto: temos que discutir mais. Eu acho, assim, que não é por aí, tá? Essa coisa de às vezes o negro se sente mais discriminado do que o outro realmente fez a discriminação. (Grupo dos Populares)

[em resposta a pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Igualitário! [em resposta à pergunta: o fato de existir uma desproporção entre o número de mulheres e de homens na política dificulta a concretização da igualdade entre eles em outras esferas da vida, como, por exemplo, no mercado de trabalho?]

Faz diferença [o fato de existir desproporção entre o número de mulheres e homens na política], mas não deveria. [...] as mulheres, como minoria, às vezes estão querendo puxar a brasa para sua sardinha. Eu sou a favor que as mulheres tenham representatividade, tem que se fazer alguma coisa para aumentar a porcentagem das mulheres na política. Só que tem que ser feito com muito cuidado porque o que eu vejo é o perigo de acabar representando só um segmento e eu acredito que um político deveria representar um todo e não só um segmento [...] No Brasil existe um peso muito acentuado no corporativismo. [...] Eu acho que até nesta questão da mulher, a questão aí é a educação. É só a educação. E então, às vezes até eu fico preocupada porque, gente, porque se discute a questão da mulher se ela faz parte integrante da sociedade? Por quê? A pessoa não pode esperar que o legislador, ele olha a criança, olha o adolescente, olha a mulher, olha os idosos, olha a si próprio. Então, eu fico um pouco preocupada com esta questão de gênero e fico preocupada [que a atenção não se volte] para a questão da educação. [...] As minorias têm muito mais direitos, muito mais privilégios, muito mais regalias do que um cidadão comum. Então, é o que acontece nos Estados Unidos. **[em resposta a pergunta: qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos?]** Eu vejo, assim, com uma certa preocupação essa questão de falar desigualdade. [Isso] tem que ser discutido, sim, né, não só em termos de ricos e pobres, como gêneros, como raça. Mas tem que tomar cuidado pra não ser um extremista, como tem ocorrido, né. **[em resposta a pergunta: Em uma democracia, muitas coisas são desejáveis né, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais, heterossexuais é importante?]** Também concordo [que deve haver respeito com as diferenças]. E felizmente a gente percebe em 5 décadas, né, essa evolução na legislação. Ela vem sendo adequada, nos horários e nas épocas oportunas, essas conquistas. [...] Acredito que nessa questão específica de homo e hetero, ele tá tendo, assim, uma evolução satisfatória, conforme... Por isso que as leis (...) vem atrás das necessidades da população. A população, ela não pode colocar uma lei impondo, uma minoria colocar uma lei que a sociedade não aceita. (Grupo das Elites)

[em resposta a pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Eu não acredito que tenha de haver essa separação da sociedade pensada pra mulher e pensada pro homem e pra mulher. Já é assim. A gente já precisa mostrar que há minorias. Há grupos que têm necessidades específicas e precisa atendê-las. Eu acredito que a mulher não faria isso. Ela vai dar mais atenção pra aquelas especificidades porque ela vive aquilo. Mas não que vai ser: “ah, então, eu vou privilegiar isso e deixar disso.” Ela vai levar as duas coisas. É uma pena que precise a mulher estar no poder para isso poder acontecer. Já devia ser assim. Por quê? Porque a mulher tem que ser para o

cidadão, não para a mulher ou para o homem. Se a necessidade do cidadão é ter uma rede estruturada para a violência, então tem que ter e acabou. Não interessa se é pra mulher ou para o homem. Se tem que ter uma escola para o índio, é o cidadão. E é esse o olhar que falta e eu acho que é ele que origina todas as dificuldades. [...] Claro que uma mulher compreende a real necessidade da licença [maternidade] ser de seis meses. O homem teve que fazer uma lei para obrigar as empresas a dar essa licença. Acho que a mulher conseguiria levar essas situações com muito mais facilidade, com muito mais naturalidade. [...] Eu vejo, assim, uma dificuldade da gente ter, da gente abraçar um projeto coletivo, independente de ser homem ou ser mulher. Acho que a gente tem uma visão do todo muito particular. A gente não consegue olhar para frente como algo do qual eu faço parte o tempo todo. Eu reclamo, [mas] eu não me envolvo, eu acho ruim, eu meto a boca, mas, eu não participo. Então, essa dificuldade do coletivo é uma coisa que percebo. E outra coisa que eu percebo é que a partir disso você personaliza o negócio. [...] Então, o que que é isso? “Você é meu amigo, ah, vou votar em você. Vou votar em você porque, ah, você é mulher! Você é meu vizinho, eu vou. [...]” **[em resposta a pergunta: qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos?]** Existe desigualdade em qualquer nível e em qualquer setor porque se infringe direitos. Então mulher, homem, rico, pobre, raça ou o que seja falta assim enxergar a pessoa como cidadão em primeiro lugar.[...] É chocante se discutir isso, ainda, né, ficar criando coisas. Ai, tem que criar cotas, não tem que criar cotas. Tem que fazer o mínimo. Por que não se faz o mínimo? [...] Acho que tudo é consequência: a falta de respeito, a desigualdade, a necessidade de consumo. Eu existo, alô, eu sou índio, eu estou aqui, porque a gente não percebe não. O Estado ainda não nos percebe como cidadãos e por isso nós olhamos pro Estado como se ele nos fizesse favores. Como se não fosse obrigação dele nos dar educação decente, nos dar uma condição digna de vida pra aí a gente começar a pensar então em outras coisas. Então eu acho que o mínimo ainda “tá” tão escasso que a gente precisa resolver algumas coisas aqui. **Em uma democracia, muitas coisas são desejáveis né, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais, heterossexuais é importante?** Então, assim, se a gente olhar pra democracia como uma condição de liberdade, um estado em que a sociedade se permite ter liberdade de escolhas e olhar para o conjunto não tem porque ser diferente. Porque é o cidadão que tem que ser valorizado independente da opção sexual. A família tem que se constituir disso, de caráter, de cidadania. Então, não vejo nenhuma complicação, nenhum problema se forem dois homens casados. [...] Então, se você tem preconceito, se a dificuldade é nossa, a gente vai ter que procurar ajuda, mas, o Estado vai ter que garantir direitos (Grupo das Mulheres).

Linha de argumento 2:

[Em resposta a pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Eu acho adequado. Concordo. É adequado ela ter [por] bandeira aquilo que ela mais entende. Por exemplo, papel de mãe, aborto... Uma coisa é gerenciar, é engenharia, que às vezes ela nem domina essas áreas, né? Então, me parece que, como plataforma política, [é] adequado, [como] proposta de governo. [...] Imagina se a Zilda Arns estivesse aí e se candidatasse, acho que ela ia tender na área social, ia fazer um belo trabalho. (Grupo das Elites)

[Em resposta a pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Você define qualquer área, qualquer atividade pode se fazer representativa. [...] No Paraná, são 4 mulheres para 54 deputados. De vereadoras, tem a média aí de 1 vereadora para cada cidade. [...] Ou seja, dá aí uns 10%. Prefeitas também essa margem de 10% . Então, pra quem é 50% ou um pouquinho mais da população, tem um longo caminho a

percorrer. E isso é uma mudança de cultura, né. Quer dizer, não condiz com a realidade das funções que elas ocupam hoje e com o potencial que elas têm pra ocupar. Agora, por que isso? Porque tudo depende de uma evolução cultural e da aceitação e da pré-disposição das mulheres se candidatarem, também. Porque se a própria legislação garante 30%, na verdade deveria ser 50%, por que só 22% delas estão se candidatando? [...] Bons soldados que estão se omitindo, com potenciais ideais que estão se omitindo [...] **[em resposta a pergunta: o fato de existir uma desproporção entre o número de mulheres e de homens na política dificulta a concretização da igualdade entre eles em outras esferas da vida:]** Em termos genéricos, é óbvio! Se você tem mais mulheres, a tendência é que as questões das mulheres sejam mais atendidas. Se eu tenho mais mulheres, vai ser mais possível que os interesses das mulheres sejam defendidos, [mas] não sei se em concreto isso acontece [...] não necessariamente alguém que se elegeu como mulher vai defender questões da mulher. Eu não sei se as mulheres que estão eleitas hoje estão defendendo, ou se estão preocupadas com as questões femininas. (Grupo das Elites)

[[Em resposta a pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Igual trabalhador, alguém que vá representar o trabalhador [...] Vou citar, por exemplo, o Paulo Pain. O Paulo Pain, digamos, ele se propõe a defender os interesses da categoria trabalhador, do trabalhador. [...] Eu acho que nós teríamos, qualquer pessoa teria competência, qualquer um...desde que teria aquela mínima exigência, né, que se faz, talvez, num aspecto de nível escolar ou alguma coisa nesse sentido pra poder interpretar aquela coisa toda. Mas não querendo excluir, digamos, aquele que não tem essa escolaridade, porque a escola da vida, muitas vezes, prepara muito mais do que os nossos bancos aí de faculdade e outras coisas mais. [...] O que falta na mulher e no homem é predisposição [...] Sabe da necessidade, tem potencial, mas não quer [ir para a política]. E na hora você não quer, eu não quero, o José não quer, aí tem o João [por exemplo] que é um oportunista e, digamos lá que a intenção dele é., só usando um exemplo... porque o Manuel se omitiu, a Maria, o Paulo e a Verônica e o Dimas. Então, o oportunista apareceu e tá fazendo aquilo lá. Então, muitas vezes, somos nós mesmo que acabamos nos omitindo e o oportunistas, digamos, que tem uma outra intenção [acaba conseguindo se eleger]. **[em resposta a pergunta: qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos?]** Então, eu acho que isso aí é muito complicado o país ficar voltado apenas pensando na questão do pobre. Política, ela tem que ser trabalhada pra todos os povos, para um crescimento geral, no aspecto geral, não priorizando só uma categoria. Porque, se nós temos empresários, há a necessidade de termos, de fortalecer o empresariado para que possa também ter os nossos, os trabalhadores, para que possamos ter emprego, para que possamos usufruir disso aí também. **Em uma democracia, muitas coisas são desejáveis né, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais, heterossexuais é importante?** Esse respeito que nós temos que dar aos diferentes, ele tem que prevalecer. Eu acho que a introdução disso aí é evolução de nossa sociedade também. Então...[...] Não tem um jeito de ter uma democracia limitada: ou é democracia ou não é. Então, essa convivência com os diferentes, eu acho que tem que preponderar sempre. Eu respeitar a opinião alheia...eu posso não concordar com a forma de ser, de agir do meu próximo, mas eu tenho que respeitá-lo. Então, eu acho que isso aí, eu acho que venha a trazer uma melhor convivência na nossa sociedade. (Grupo das Elites).

[em resposta a pergunta: o fato de existir uma desproporção entre o número de mulheres e de homens na política dificulta a concretização da igualdade entre eles em outras esferas da vida:] Quando eu digo para você que nós temos um grande problema na educação é porque nós não temos representantes da educação, pessoas que tenham um conhecimento profundo da educação, das necessidades da educação. Eu vou lá no genérico, eu vou lá, represento tudo e eu representando tudo eu não dou a devida importância. Então, na educação, eu já penso ao contrário dela. A

gente precisa ter pessoas lá que tenham vivência, que tenham o conhecimento, que sabem da importância, aonde buscar. E às vezes, muitas coisas, falando da área da educação, deixa de acontecer porque é tratada de uma forma superficial. [...] Eu tenho um leve conhecimento e não é feita a discussão necessária, [mas] se você tem lá um representante da educação, seja ele homem ou mulher, que tenha um conhecimento, que ele sabe o que está buscando, da necessidade, é diferente o trabalho que é feito. Então, acredito que até com a mulher isso tenha... ocorra do mesmo jeito. (Grupo das Elites)

[em resposta a pergunta: o fato de existir uma desproporção entre o número de mulheres e de homens na política dificulta a concretização da igualdade entre eles em outras esferas da vida:] Eu acho que atrapalha sim. Eu acredito, assim, que quando a mulher sai, ou você trabalha no seu ambiente ou você discute com seus parceiros...esta discussão faz com que a gente cresça, evolua...Então, eu acho que é nesta discussão que a gente vai aumentando os valores que a gente tem, né, de sociedade, de tudo. Então, eu acredito, assim, que a mulher no poder, ela tem pensamentos também voltados para a mulher porque ela tem problemas parecidos com aquelas mulheres. Então, na execução de um projeto de lei, alguma coisa, os créditos vão ser voltados mais pro ambiente que ela vive, para os problemas que ela vive. Diferente do homem...às vezes, o homem aproveita uma fala de uma mulher, ou talvez da esposa, da importância daquilo, mas a mulher vive as mesmas condições. [...]

[em resposta a pergunta: qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente: desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre ricos e pobres e desigualdades entre negros e brancos?] Então, eu acho que essa diferenciação [entre ricos e pobres] nunca foi [tão] evidente [como agora, na campanha eleitoral]. [...] Eu acho que é prejudicial quando o governo se lança dessa maneira: “eu vou fazer meu governo para os pobres”.[...] O Brasil sempre foi um país de misturas raciais. E a gente se envolveu e sempre se deu muito bem dessa maneira. Quando o governante lança propostas que ele divide as pessoas por raça e por classe social, ele tá oportunizando que, a partir desse momento, exista essa diferença entre as pessoas. Então, isso me preocupou bastante. Ele acaba levando “um outro” pra discussão que não existia. E ele acaba criando problemas entre classes que antes não acontecia problema nenhum. Eu fico preocupada com isso. **Em uma democracia, muitas coisas são desejáveis né, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais, heterossexuais é importante?** Eu acho que não deve existir.....a gente não deve entrar no mérito de discussão...ou de fazer diferença entre as pessoas, não. Acho que o jovem, hoje, aceita muito bem tudo o que tá acontecendo. Não é problema nenhum pra ele...conviver [com as diferenças] pra ele é a coisa mais simples e mais natural possível. E o que a gente imagina que nos idosos poderia acontecer alguma, né, algum tipo de preconceito, o que na verdade a gente tem visto [é que] o idoso também tá lidando muito bem com as diferenças, né, porque a grande maioria tem alguém na sua família e convive muito bem. Então, embora a sociedade seja conservadora, eu acho que não existe o receio de que é um assunto tão polêmico assim, né. Nós temos assuntos muito mais sérios no país pra ser discutido do que simplesmente a diferença entre sexo, diferença nesse aspecto. Então, eu acho que a gente pode viver em harmonia, sem se preocupar. Então eu acho que é um ponto que não precisa ser discutido e levantado, entendeu? Eu acho que a gente tá convivendo bem. (Grupo das Elites)

Linha de Argumento 3:

[em resposta à afirmação: os homens são melhores líderes políticos que mulheres] Acho que seria importante a questão, o orgulho que o homem dá ao homem. É, o corporativismo. Aprender a incentivar outra mulher, a incentivar a outra. Ai, você vai crescer, você tem condições, eu te ajudo. Difícil você encontrar isso. [...] Quem está no Magistério é a mulher, é mulher, é mulher. [...] E quem decide recursos para Educação é o homem, não é? Porque eles são maioria no poder e nós então sofreremos as consequências de uma educação de terceira categoria. **[[Em resposta a**

pergunta: uma vez na política, as mulheres devem defender interesses de mulheres ou igualmente de homens e mulheres?] Eu ouvi dizer que os brinquedos mudam, né, o brinquedo da criança, o brinquedo do adulto. São sempre brinquedos. Antes era o carrinho, depois é o carrão. Era o aviãozinho, hoje, o aviãozão. O homem deseja essas coisas importantes. Pro homem parece que pesa muito, não é? Parece que pesa muito. E na política não é diferente. É só ver o número de grandes estádios, não é? Coisas grandes, aeroportos, grandes aviões, grandes viadutos. Mas eles não vêem o remédio, não é? Aquela coisa pequena, a sala de aula. **[em resposta à afirmação: em uma democracia, muitas coisas são desejáveis né, mas nem todas são consideradas fundamentais. Em que medida garantir direitos iguais para homossexuais, heterossexuais é importante?** É um assunto difícil, né! A gente tenta querer que tudo seja igual, mas, é um assunto difícil. Porque a gente vem de uma tradição, não é. De repente, entra dentro de um assunto diferente. Mas, eu acho que por mais difícil que seja, a gente tem que tentar a convivência pacífica, legal, respeitosa. Tem que tentar. Porque se é doença, a própria pessoa percebe, procura tratamento, faz uma cirurgia. Acho que a família, a própria família tenta, né. Mas, há caso que não é. É opção. Então, eu acho que é uma opção que a pessoa faz. Ela tem que ter liberdade, né. Tem que ter direito pra viver essa opção. Eu respeito bastante. Eu acho que o mundo é do jeito que a gente constrói. É isso que nós temos aí. Nós temos que conviver pacificamente sem guerra, sem assassinato, sem nenhum queimar o outro, né. É isso que a gente tá vendo aí, matando as pessoas pela posição, pela preferência que ela tem. A educação é importante nisso. Ela falou aí, na família como a primeira educadora, “tá” certo. Mas, nem sempre os pais tão preparados também pra trabalhar o tema. Mas, tem que se buscar. Eu acho que a gente tem que buscar por mais difícil que seja buscar, respeitar um ao outro seja qual for a opção (Grupo das Mulheres).